

Ary de Castro Fernandes

JOÃO DE ALBUQUERQUE

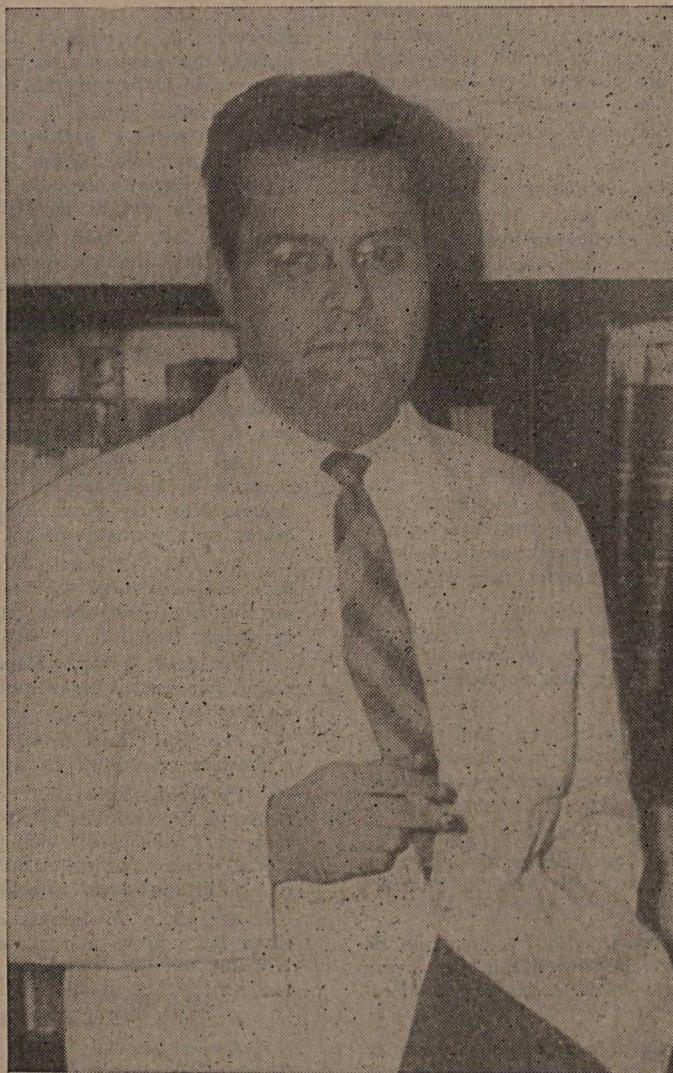
ENSEJA-NOS êste janeiro, aniversário do desaparecimento prematuro do nosso querido amigo e colega Ary de Castro Fernandes, descrever, como saudade e homenagens póstumas, a personalidade de um homem inteligente, culto, digno, bom e, às vêzes, incompreendido por alguns.

Em 1943 reingressamos no D.A.S.P. e fomos designados para exercer nossas atividades profissionais na Seção de Assistência e Previdência (S.A.P.) da Divisão de Estudos.

Nesta seção, que contava apenas com 5 elementos foram estudados, debatidos, equacionados

e resolvidos problemas da maior importância no setor da assistência social. Dêsses, ressaltam em importância a lei sôbre o salário-família, a de férias e licenças para diaristas e tarefeiros, licença à gestante e notadamente a planificação da assistência médico-social e hospitalar no serviço público.

O notável e louvável acervo da S.A.P. foi possível graças a competência, inteligência e espírito de equipe dêsses elementos que, com exceção do signatário dessas linhas, constituíam matéria-prima de primeira grandeza.



Ary de Castro Fernandes

O escriturário, Gabriela de Magalhães, professora de português e com conhecimentos linguísticos bem acima de suas funções, Rubens Siqueira, Técnico em Alimentação, Professor e Docente Livre em escolas de medicina e Estanislau Fischlowitz, técnico em previdência social que nos trouxe experiência da Polônia, constituíam uma plêiade de ouro do melhor quilate. E para chefiar, supervisionar e orientar êste pupilo do saber e discernimento, outro não poderia ser senão Ary de Castro Fernandes, pela sua inteligência privilegiada, pela sua cultura sadia e forte, pela sua educação aprimorada que se contrapunham à simplicidade e modéstia de seu temperamento afável, bom e amigo.

E' notório e incontestado o prestígio intelectual, técnico e profissional que justamente gozam os servidores do D.A.S.P. não só intramuros, como fora e ainda no exterior.

Desta elite sobressaía iniludivelmente e sem nenhum favor a figura brilhante e sem par do nosso pranteado Ary de Castro Fernandes.

Profundamente preocupado com a situação de penúria, de carência de recursos e de meios de previdência e seguro-doença da grande massa de servidores públicos, Ary Fernandes dedicou-se de corpo e alma aos estudos sociais e nêles tanto se embrenhou que viu suas puras e reais intenções de solidariedade humana deturpadas e confundidas, por alguns, com interesses secundários e egoísticos de partidatismo político.

Mas nas alturas de seu idealismo, êle sorria benevolente das malévolas insinuações dos cavoucadores e perscrutadores bisonhos dos mais recônditos sentimentos alheios. Por outro lado, sentia a compensação e compreendia que o terreno que ajudou sobremaneira a preparar e fertilizar em longa jornada, se ampliava e já dera os primeiros frutos.

Lobrigando em breves linhas de um artigo de Decreto-lei, em 1938, motivos que justificassem a implantação de assistência social, organizou a Seção de Assistência Social do Pessoal do Ministério da Agricultura, que foi a primeira do sistema de assistência médico-social do servidor público e que serviu de exemplo e modelo para a organização das S.S. dos diversos ministérios. Cabe-lhe, assim, de direito, o título de líder e pioneiro do movimento médico-social no serviço público.

O seguinte fato que passamos a expor demonstra o pulso e capacidade do então chefe da S.S. do Ministério da Agricultura: observavam-se, na seção de expurgos de cereais, situada no Cais do Pôrto, fenômenos de intoxicação de maior ou menor intensidade nos servidores lotados naquela seção. Solicitaram, então, os responsáveis pela Seção, aos poderes competentes, o enquadramento daquelas atividades nos dispositivos referentes a zonas insalubres e nefastas à saúde. Desejavam uma gratificação de acôrdo com os referidos preceitos.

Ary ouviu todos os interessados, examinou no local as dependências da seção e sua apare-

lhagem técnica, verificando a imprestabilidade de algumas delas e defeitos de outras, fotografou tôdas as irregularidades encontradas e solicitou de uma comissão técnica, a cuja frente se encontrava o Professor Carlos Chagas Filho, a opinião sôbre os gases empregados no expurgo dos cereais, seu grau de toxicidade e suas conseqüências. Realizadas estas pesquisas preliminares concluiu com autoridade e critério e sapiência, que a gratificação solicitada não impediria que os gases continuassem a intoxicar e determinar as perturbações nervosas observadas nos servidores daquele setor: o que se impunha, seria a remodelação completa do local e das aparelhagens, modificação do ambiente e normas de trabalho, permitindo dêsse modo condições propícias e higiênicas para execução da tarefa.

Ary era um polemista notável. Na S.A.P. todos ouvíamos embevecidos, nas suas querelas técnico-administrativas, as críticas mordazes e justas que expendia, a argumentação segura e firme de suas convicções e as conclusões arrasadoras a que chegava freqüentemente. Dentre elas, lembro-me bem daquela que refutou a argumentação dos examinadores de português num concurso de monografias do D.A.S.P. Ary empregou no seu linguajar determinada expressão. Os examinadores criticaram e deram como erradas as expressões usadas. Ary não se conformou; pediu aos colegas da seção e alhures a opinião sôbre a frase empregada e após pesquisas cuidadosas, mais ou menos nesses têrmos, rebateu as críticas dos examinadores:

"Na frase por mim empregada não há erro nem impropriedade de linguagem. Mas quem a usou foi o desconhecido Ary de Castro Fernandes; se fôsse escrita por Ruy Barbosa ou Camilo seria um primor da literatura e estaria apontada como exemplo. Mas acontece que, neste caso, Ary de Castro Fernandes se encontra bem acompanhado: o velho Padre Antônio Vieira empregou exatamente a mesma expressão"; e citou livro, página e edição.

A simplicidade e modéstia de Ary de Castro Fernandes lhe foran fatores negativos perante os circunstantes. Só os mais íntimos e amigos lhe conheciam as tendências acentuadas e aprimoradas para a pintura, a escultura, danças clássicas e o teatro. Êsses setores do bom tom e refinamento artístico, êle não os conhecia, apenas, como admirador e expectador; foi mais longe, estudou com carinho e zêlo êstes difíceis e belos ramos do sentimento humano; acompanhou com interesse os obstáculos e sucessos dos Comediantes, lidou de perto com os elementos de maior projeção no teatro nacional e finalmente escreveu uma peça teatral que tem merecido os maiores encômios dos entendidos. Seu temperamento artístico se refletia com fidelidade nos seus trabalhos, nas suas relações, na sua biblioteca, na decoração de seu digno e querido lar.

Esta simplicidade e modéstia inatas fizeram com que mesmo seus valiosíssimos trabalhos sôbre assunto de sua especialidade, assistência social, fôssem pouco conhecidos ou mesmo ignorados, não apenas do grande público, mas até de seus colegas e superiores. Quem conheceu no D.A.S.P. sua

valiosa colaboração na Comissão de Readaptação dos Incapazes das Fôrças Armadas (C.R.I.F.A.)? Esta assertiva fica demonstrada com a transcrição do ofício do Eminentíssimo Presidente da C.R.I.F.A. Contra-Almirante Médico Doutor Fábio Alves de Vasconcelos:

“... Inicialmente, é nosso dever levar ao conhecimento de V. Ex.^a que o Dr. Ary de Castro Fernandes foi um dos pioneiros da readaptação no Brasil, emprestando, sempre com boa vontade e dedicação, a sua preciosa colaboração, pois os projetos de lei que regem atualmente a matéria foram elaborados por êle, além de tantos outros serviços, que seriam dispensável enumerar, contaram com os seus esforços.

Agora, com essa grande perda para a Comissão, só nos resta o dever de solicitar os bons ofícios de V. Ex.^a no sentido de ser indicado, um novo representante desse Departamento junto a esta Comissão.”

Quem sabe que Ary era considerado pelos alunos do curso realizado pela Saúde Pública como o melhor professor, pela sua cultura e clareza didática, conforme depoimento insuspeito que nos fizeram dois médicos alunos do referido curso?

Quem tomou conhecimento do sistema de assistência social que Ary idealizou e se encontra escrito em quatro grossos volumes e que, se pôsto em prática, seria digno dos países mais adiantados?

Soube alguém que Ary, convidado pelo falecido General Ivo Soares, então Presidente da Cruz Vermelha, colaborou nos estudos de ampliação do Hospital da Cruz Vermelha e elaborou as respectivas plantas com todos os requisitos modernos?

A gratidão que devotam a Ary os habitantes de Pelotas, no Rio Grande do Sul, pelos trabalhos que realizou inclusive a elaboração das plantas para remodelação do Hospital da Santa Casa daquela cidade sulina, será suficientemente conhecida?

Do mesmo modo, é ignorada involuntariamente por muitos e voluntariamente por outros a participação ativa de Ary, antes, durante e depois da construção do Hospital dos Servidores do Estado, na aparelhagem e distribuição de serviços, na maneira de funcionar os meios materiais necessários à manutenção do hospital. De peito aberto e com sinceridade, como era de seu feitio, combateu o que julgava errado e denunciou o que lhe parecia ilícito. Quase quotidianamente, até outubro de 1945, o Dr. Mário Kröeff, proeminente membro do Conselho do Hospital, comparecia à S.A.P. para confabular com Ary, auscultar-lhe a opinião e pedir-lhe que executasse isso ou aquilo. Até as filigranas lhe foram confiadas: o mobiliário, a sua côr, o sistema de sinalização, tudo enfim, coube a Ary decidir. Tanto é assim que, ainda o ano passado, honrado com a sua generosa confiança, acompanhamos sua digníssima espôsa, que necessitava de assistência cirúrgica urgente, a uma Casa de Saúde. Conduzida em maca e já na Casa de Saúde, o elevador parou entre o 2.º e 3.º andares. Passados os primeiros momentos de angústia, Ary nos revelou

que no Hospital dos Servidores do Estado tal fato não aconteceria, e esclareceu: há nos elevadores daquele nosocômio um dispositivo especial que, em condições idênticas, levará o elevador para o andar imediatamente inferior ou superior.

Mas Ary, certamente, deu-se por compensação destas lacunas da memória, porque igualmente esquecido foi o nome do idealizador e realizador incontestável da grande obra: Luiz Simões Lopes.

Temos certeza de que as paredes, os móveis, a aparelhagem técnica e o ar do referido Hospital evocam os nomes de Luiz Simões Lopes e Ary de Castro Fernandes. Algum dia, alguém lhe fará justiça e, certamente, como homenagem póstuma, dará o seu nome a uma das dependências daquele nosocômio, pois, saibam todos, que a concisa e escorreita Exposição de Motivos sôbre a Comissão Organizadora de Assistência Social dos Servidores do Estado (C.O.A.S.S.E.) e publicada no *Diário Oficial* de 28 de outubro de 1945 foi de sua lavra.

No D.A.S.P. talvez sejamos nós o único que conhece a eficientíssima colaboração de Ary na Comissão que estudou e elaborou o estatuto das atividades radiológicas no Brasil, e à frente da qual se encontra o mestre e fundador da radiologia em nosso meio, o Dr. Roberto Duque Estrada.

A princípio, apresentamos êsse eminente amigo e Professor a um técnico de administração de real valor que gentilmente o atendeu e lhe apresentou em pequeno lapso de tempo um trabalho reputado ótimo, no ponto de vista administrativo, faltando, contudo, como é obvio, as características técnico-profissionais da especialidade.

Colocamos, então, Duque Estrada em contato com Ary, que recompôs o estudo, deu-lhe forma técnica, de acôrdo com as mais recentes aquisições da especialidade. O trabalho ficou perfeito e Duque Estrada exuberante de satisfação teceu os maiores elogios ao autor, considerando-o possuidor de uma inteligência e cultura geral notáveis. E foi dito pelos colegas, atualmente representantes do povo na Câmara Federal que o trabalho fôra feito por “mão de mestre”.

Na elaboração do Plano SALTE, verdadeira plataforma de govêrno, idealizada pelo Diretor-Geral do D.A.S.P., Dr. Mário de Bittencourt Sampaio, colaborou eficazmente, estudando, delimitando e equacionando problemas fundamentais para a nacionalidade.

O esclarecido e dinâmico Diretor-Geral do D.A.S.P. percebendo, de um lado, a magnitude do objetivo da assistência social em nosso meio e de outro conhecendo a capacidade técnica e cultural de Ary de Castro Fernandes não trepidou em atribuir-lhe tão honroso, quanto complexo e difícil encargo.

No setor Assistência Médico-Hospitalar do Plano em questão, observamos a argúcia e objetividade de Ary, quando relata:

“Por todos êsses motivos, hoje mais que nunca os hospitais são a oficina de trabalho do médico e quanto

melhores e mais numerosos sejam êles, mais alto será o padrão técnico-profissional da classe médica."

"Tão importante ou mais que tudo isso, é o aspecto qualitativo da questão. Ainda aqui não é possível chegar a conclusões otimistas. Pela falta de sistematização e de padronização dos diversos tipos e classes de unidades assistenciais, a organização do nosso sistema hospitalar é precária, caótica e tumultuária. O verdadeiro hospital moderno, que muitos ainda concebem erradamente como um grande organismo, rico e luxuoso, não existe entre nós, por não ter a principal característica: — a eficiência dos serviços assistenciais prestados ao doente com o máximo de economicidade. A razão está em que nos falta a racionalização das normas e métodos de trabalho, — a coordenação harmônica das partes que integram o hospital como uma unidade, como um todo — a enfermagem técnica, — a gerência entregue a diretores ou administradores com formação especializada na técnica de organização e administração hospitalares, — enfim as múltiplas condições que transformaram, em algumas décadas, os antigos, sombrios e tristes nosocômios, tão tenidos pelos próprios beneficiados.

Mais adiante:

"Impôta ainda salientar que a grande maioria dos nossos hospitais foi e continua sendo projetada visando os serviços cirúrgicos gerais, descurando, ou relegando para segundo plano os demais setores médicos, que exigem certos requisitos, sem os quais um hospital moderno não pode atingir o mínimo de eficiência desejável."

E, finalmente, põe em relêvo:

"a) Elevar o padrão da técnica de organização e administração hospitalares, para atingir a eficiência e a economicidade de hospital "moderno";

b) Assegurar a cooperação dos Governos Estaduais e Municipais, das entidades religiosas e de beneficência, das instituições de previdência social, e de particulares, no sentido de financiar a construção e a manutenção de novos hospitais.

A última medida apontada é de particular importância. O Plano Salte, no setor Saúde, prevê e provê os meios de atingir o "mínimum minimorum" para que, no prazo de 5 anos, seja dado um passo decisivo na reconquista e redescoberta do nosso Homem. Entretanto, não pode visar uma situação ideal, ainda relativamente longínqua para um País de pequenas disponibilidades econômicas e financeiras."

No capítulo Formação de Pessoal do Plano SALTE professa com autoridade:

"Não é exagero dar tal prevalência ao fator humano do trabalho. A moderna técnica de administração, racional e racionalizada, empresta tal significação ao papel desempenhado pelo homem neste nosso século de mecanização que, ao se referir a um tipo de empresa caracteristicamente supermecanizada, houve quem afirmasse: — "uma estrada de ferro é, antes de tudo, pessoal". Com efeito quanto mais complexa e perfeita fôr a máquina, tanto mais hábil há de ser o homem que com ela maneará."

"A campanha médico-sanitária em vista não poderá atingir seus altos objetivos, se mobilizar um oficialato sem tropa, ou soldados sem comando. E para obviar tal erro, há de se procurar imprimir à preparação do pessoal necessário um duplo sentido, horizontal e vertical."

Veja-se no período abaixo a pujança de seu discernimento, quando descreveu a atuação do médico:

"Vejamos qual o papel que está reservado ao médico, dentro do programa aqui delineado. Dir-se-á ser aquêle que sempre desempenha: — o de um alto profissional da arte de curar. Mas nem sempre foi êsse o seu papel. O médico era um sacerdote em Babilônia; um artesão, na Grécia antiga; um subprofissional, no princípio da Idade Média; ao fim deste período histórico, um

letrado de qualificação universitária, doutor de borla e capelo. Ontem era um técnico e um cientista, que como "médico de família", vivia dos honorários de uma profissão dita "liberal". Hoje é tudo isso, e, freqüentemente, também um assalariado, a serviço do bem-estar de grupos ou classes ou comunidades, menos preocupado com doentes, em particular, que com doenças, em geral, e com a íntima correlação destas com problemas sociais como os de pauperismo, subnutrição, má habitação, prostituição, alcoolismo, etc.; medicina do trabalho é um novo setor de suas cogitações; a higiene e a medicina preventiva fizeram-no abandonar a posição de terapeuta, apenas, para assumir também os encargos de educador e aconselhador. Necessita-se, pois, de um novo tipo de médico, que não tenha seus olhos voltados apenas para os recursos técnicos da ciência médica, mas também para a estrutura econômico-social da comunidade em que atue — em suma: um técnico com mentalidade social. Recomenda-se, pois, que sejam envidados todos os esforços no sentido de difundir, entre os nossos profissionais, conhecimentos básicos da medicina social e de setores correlatos. Uma tal campanha de divulgação poderia tomar como ponto de partida as próprias escolas de medicina, através de cursos de extensão universitária ou equivalentes.

Preocupou-se êle, também, com a atualização contínua dos conhecimentos médicos, aconselhando:

"Será, pois, de tôda conveniência despertar o interesse do médico de interior pela contínua atualização, pelo progresso de seus conhecimentos profissionais, para isso criando um sistema de bolsas de estudos que beneficie os mais aptos, convenientemente selecionados ... Finalmente, vale salientar aqui o papel decisivo que podem representar as bibliotecas, mormente se adotarem, como já vem sendo feito em alguns casos, o regime moderno de circulação e empréstimo domiciliar.

Quanto a enfermagem afirmou:

"Tivessem tais escolas como diplomar número dez vezes maior das boas alunas que preparam, e ainda não atenderiam totalmente às exigências de nossa rede assistencial.

Para desempenhar as funções de enfermagem nas nossas instituições médico-sanitárias, ou sociais, dispomos presentemente de grande número de subprofissionais, generalizada e erradamente denominados de "enfermeiros", quando em verdade se trata apenas de enfermeiros "práticos", auxiliares de enfermagem, atendentes ou serventes, alguns dotados de escassos e precários conhecimentos, outros quase que analfabetos, meros serviços vestidos de branco. A quem tiver observação direta, não parecerá exagerado o que, infelizmente, aqui se afirma.

Salientou ainda a transmutação por que passou o exercício da medicina, no momento atual da organização social:

"Não pode o exercício da medicina escapar às contingências da evolução por que vem passando a organização social; os imperativos econômicos da época presente e a moderna concepção do trabalho transformaram radicalmente o papel do médico na sociedade, embora conservando, em parte, o espírito de abnegação e sacrifício que o tem distinguido singularmente através dos tempos, evoluiu o médico no sentido de tornar-se um profissional, como todos os outros, que vive do seu trabalho e que precisa de remuneração adequada para os seus serviços. E' a esta conclusão melancólica que chega Sigerist quando afirma que "hoje a medicina constitui um serviço que é comprado pelo doente e vendido pelo médico sob um sistema de competição".

Não foi menos preciso quando, na Assistência Medicamentar, criticou de maneira penetrante, acerba e justa os defeitos e comercialismos ora vigentes nesse importante setor:

"Forçoso é reconhecer que, de modo geral, e sobretudo no interior do País, ainda estamos na fase medica-

mentar da medicina curativa e, dentro desta, no período atrasado ou pouco evoluído da polifarmácia, dos tratamentos sintomáticos, dos remédios tomados em casa, das injeções “umas tantas vèzes por semana”, quando não da automedicação desorientada, ineficiente ou mesmo prejudicial, por meio de “fortificantes”, panacéias, ou medicamentos caseiros e populares, adquiridos pelo leigo na base de afirmações, freqüentemente suspeitas ou errôneas, de bulas e anúncios.

... a grande maioria nada mais representa que a reprodução com os nomes mais diversos e estranhos, das poucas centenas de fórmulas contidas em qualquer bom formulário nacional ou estrangeiro. Na verdade, nada mais são êsses preparados do que produtos officinais, fórmulas não secretas e não patenteadas, que por um pequeno artifício — por ex. a adição de algum elemento irrelevante como veículo, ou corretivo etc. tomam a feição de “especialidades” farmacêuticas protegidas legalmente por privilégios. A situação seria justificável se os produtores — que se intitulam “laboratórios” quando na verdade são farmácias industrializadas e equipadas para produção em larga escala — entregassem o medicamento ao doente-consumidor por preço inferior ao manipulado mediante receita individual; na prática porém, ocorre precisamente o inverso.

Duas cifras bastam para dar boa noção da ordem de grandeza dèste fenômeno negativo. Enquanto nos Estados Unidos da América o custo médio da receita representa 20% do menor salário diário de um trabalhador — no Brasil é cinco vèzes maior, isto é, representa 100%. De modo geral, quase sem exceções, em nosso País, as farmácias de hospitais e casas de saúde ao invés de se organizarem como verdadeiras oficinas farmacêuticas de manipulação constituem-se como meras lojas de preparados com fins exclusivamente comerciais lucrativos. Os preços exorbitantes que cobram, quase sempre superiores aos vigentes na praça, bem como a adoção de certas normas pouco elegantes, contribuem para que numa estada de internação o doente seja pesadamente onerado por uma conta de medicamentos “extraordinários”, em alguns casos quase igual quando não superior à das diárias de internação. Em contraposição a isso, os hospitais norte-ameri-

canos — inclinados à adoção dos chamados “flat-rates”, que eliminam o mais possível a cobrança de “extraordinários” (pois, em verdade, do que se faz, ou deve fazer, num hospital pelo doente, nada é extraordinário) — estimaram que em moeda para englobar as despesas com medicamentos, bastaria elevar o preço das diárias de 10%.

E apontou com clarividência as providências necessárias para correção:

“Em vez de ingressar em regime de competição com a iniciativa privada, desejosa de oportunidade de boa aplicação de capitais — antes deve caber ao Estado a função educacional, construtiva de incentivar e proteger a profissão honesta e zelar pelo bom funcionamento dos estabelecimentos produtores e distribuidores através de rigorosa e bem orientada regulamentação legal e fiscalização eficiente, inclusive por intermédio de seus laboratórios de análises e provas.

Os Serviços de educação médico-sanitária deverão desenvolver campanhas no sentido de desencorajar o público leigo da prática da automedicação, por indicações e sugestões de bulas e anúncios. Essa missão educativa deverá ser reforçada por legislação restritiva, que reduza apenas aos medicamentos caseiros e populares, reconhecidamente inofensivos, o número dos que o leigo possa adquirir sem prescrição médica.

E ainda:

“Para que o plano de revalorização do homem possa realmente ser levado a efeito, impõe-se categoricamente abrir uma exceção à política não competitiva, anteriormente apontada. E' que não pode ser deixada apenas à iniciativa privada a preparação de certos medicamentos de especial interêsse para a prevenção ou cura dos grandes males sociais. Tal é o caso dos soros e vacinas, de produtos opoterápicos, e de medicamentos verdadeiramente específicos e de consagração universal, ou de alto valor social, a exemplo do mercúrio, bismuto ou sulfarsenol, na lues — atebрина, digital, luminal, insulina, sulfas etc.

Em resumo é êste Ary o grande desconhecido...

* * *

Os governos contemporâneos, diante dos problemas que os cercam, não se podem permitir. À pressão dos acontecimentos, não lhes é lícito escapar da perplexidade pelas puras reações passivas do automatismo inconsciente, porventura também observável nas estruturas sociais e políticas, tanto como nos organismos vivos. Cumpre a cada govêrno, na medida do possível, antecipar-se aos acontecimentos e preparar-se para conduzi-los à feição de seus propósitos. Imperativo inelutável, o planejamento emerge como o caminho capaz de subtrair as nações da confusão e da surpresa. Confrontando sempre inúmeras e variadas necessidades e não dispondo, via de regra, de recursos adequados e suficientes com que satisfazê-las, impõe-se a seleção e hierarquização dessas necessidades, segundo seu teor de importância e urgência, paralelamente à articulação dos recursos disponíveis de forma a permitir seu aproveitamento máximo. Não é outra a concepção, direi mesmo, a filosofia do orçamento moderno. De um lado, nêle figuram, referidas a determinado período de tempo (um ano, em geral), as realizações que o govêrno pretende empreender ou prosseguir, bem como os compromissos rotineiros oriundos de sua condição de govêrno. Por outro lado, o orçamento enquadra, em números, quantitativamente, além da previsão dos gastos imprescindíveis ao atendimento dos objetivos e obrigações em foco, a estimativa dos meios indispensáveis à cobertura dèsses gastos. E já vai constituindo truismo o considerar o orçamento, ao mesmo tempo, como plano de trabalho e plano financeiro. Em verdade, mesmo abstraída a sua condição jurídica — o orçamento como lei que autoriza receitas e despesas —, ou sua condição política de instrumento de controle do govêrno pelo povo, ou ainda sua condição administrativa de instrumento de controle do Estado sobre seus próprios serviços, cu quantos aspectos e características se lhe queiram emprestar, em verdade cumpre insistir: o documento orçamentário é algo mais que simples peça contábil. Não é só o arranjo formal de títulos e quantitativos, ou uma antecipação em repouso de operações futuras e prováveis, ou simples somatório de gastos. A conhecida frase de Calógeras já o soube exprimir muito bem: “Todo orçamento traduz uma política”. E aí está o que estamos procurando fazer com o orçamento brasileiro: uma política fluindo através de uma sistemática de meios e fins — um esquema de recursos e uma estrutura de programas com os respectivos custos. — *Mário de Bittencourt Sampaio* — Palestra na Escola Superior de Guerra — 1949.